

LEI Nº 028/97

DE 18 DE ABRIL DE 1997

Cria o Fundo Municipal de Educação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Cristóvão do Estado de Sergipe, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Fundo Municipal de Educação - FME, instrumento de captação e aplicação de recursos, que tem por objetivo proporcionar recursos e meios para o financiamento das ações na área de Educação.

Art. 2º - Constituirão receitas do Fundo Municipal de Educação - FME:

I- recursos provenientes de transferências dos Fundos Nacional e Estadual de Educação, incluindo-se aquelas destinadas à execução de programas e projetos especiais, como também aqueles destinados à aquisição da merenda escolar, identificando-se com a Lei nº 8.913 de 12 de Julho de 1997.

II- dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais estabelecidos de acordo com a Lei Orgânica Municipal;

III- doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não governamentais;

IV- receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma de Lei;

V- as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Educação terá direito a receber por força da Lei, e de convênios no setor;

VI- produto de convênios firmados com outras entidades financiadoras;



VII- receitas provenientes da alienação de bens móveis do Município, no âmbito da Educação;

VIII- doações em espécies feitas diretamente ao Fundo por pessoas físicas e jurídicas;

IX- sorteios, loterias e prognósticos no âmbito do Governo Municipal;

X- outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

Parágrafo Único - Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sob a denominação: " FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME ".

Art. 3º - O Fundo Municipal de Educação ficará subordinado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, sob assessoramento direto da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto; e sob a orientação e o acompanhamento direto do Conselho Municipal de Educação.

§ 1º - A proposta orçamentaria do Fundo Municipal de Educação constará do Plano de Governo do Município.

§ 2º - O orçamento do Fundo Municipal de Educação - FME integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

Art. 4º - Os recursos do Fundo Municipal de Educação - FME, serão aplicados em:

I- financiamento total ou parcial de programas e projetos no âmbito educacional, desenvolvidos pelo órgão de administração pública Municipal responsável pela execução da política de educação;

II- financiamento de programas e projetos de educação, consolidados pelo Município e aprovados pelo Conselho Municipal responsável pela execução da política de educação;

III- aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

IV- construção reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de educação;

V- desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de educação;



VI- desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de educação;

Art. 5º - O repasse de recursos para as organizações públicas de educação, será efetivado por intermédio do Fundo Municipal de Educação - FME, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Educação e seu plano gestor.

Parágrafo Único - As transferências de recursos para organizações governamentais de educação se processarão mediante convênios, acordos, contratos, ajustes, obedecendo a legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas e projetos aprovados pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 6º - As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Educação - FME, serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Educação, mensalmente, de forma sintética e trimestralmente de forma analítica.

Art. 7º - Para atender as despesas decorrentes da implantação da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial até o valor que se fizer necessário às despesas com a instalação do referido Fundo Municipal de Educação.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO (SE), EM  
18 DE ABRIL DE 1997.

  
ARMANDO BATALHA DE COIS

PREFEITO MUNICIPAL